

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**CURRÍCULO, CAMINHO PARA VENCER DESAFIOS**

VALDETE DOROTÉIA DE ALMEIDA

BELO HORIZONTE  
2009

VALDETE DOROTÉIA DE ALMEIDA

## **CURRÍCULO, CAMINHO PARA VENCER DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Orientação da Professora Jacqueline da Silva Figueiredo Pereira

Belo Horizonte  
2009

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me ilumina sempre dando sabedoria para exercer minha profissão visando o melhor para a educação.

A todas as crianças que já passaram e que estão em minhas mãos e que recebi delas calor, afeto e compreensão humana.

A todas as minhas colegas funcionárias que impulsionam e me ajudam a direcionar nos momentos de incertezas.

Às nossas professoras, Celeste e Jacqueline, que não mediram esforços para que eu apresentasse esse trabalho de conclusão de curso.

Às minhas filhas, familiares e amigos.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que está sempre presente em minha vida. Às professoras que me orientaram e guiaram nessa caminhada. Às minhas filhas, amigas e colegas que de alguma forma me ajudaram nesta etapa de vida. A você, Cristina, que pacientemente me encorajava a segui em frente, contribuindo assim com meu enriquecimento.

*“Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.”*

*(Referencial Curricular Nacional para a educação Infantil, 1998)*

## **RESUMO**

Situar o ensino centrado no professor e no aluno em extremos opostos é quase negar a relação pedagógica, porque não há um aluno ou um grupo de alunos aprendendo sozinho, nem um professor ensinando para as paredes. Há uma troca de saberes entre o aluno com sua cultura, seu modo de viver. Há um professor que intervém de forma intencional no processo de ensino-aprendizagem não para se opor aos desejos e necessidades ou à liberdade e autonomia do aluno, mas para ajudá-lo a ultrapassar suas necessidades, e criar outras, para ganhar autonomia, para ajudá-lo a compreender as realidades sociais e sua própria experiência. E, há também uma gama de conhecimentos constantemente produzidos pela sociedade e as diretrizes legais que estabelecem, de certa forma, o que ensinar, como, quando e a quem ensinar. Estas reflexões fizeram parte de todo o processo de trabalho que deu origem ao Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Cecília Meirelles. Diante do exposto, a temática de estudo é o currículo escolar e como ele é um instrumento de extrema importância para a construção de sujeitos emancipados. Para a realização deste estudo foi feita pesquisa bibliográfica sobre currículo escolar, principalmente sobre o currículo da Educação Infantil, e suas diversas correntes teóricas e sobre a legislação educacional entre elas os PCNS, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e a atual LDB, Lei nº 9.394, de 20/12/1996.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo, relação professor-aluno, cidadania

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA DE AUTONOMIA.....	10
CURRÍCULO, CONHECIMENTO E CIDADANIA.....	11
DIMENSÕES DO CURRÍCULO.....	12
AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS.....	13
O CONTEXTO MULTIFACETADO DO CURRÍCULO DA EF.....	14
CONCLUSÃO.....	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19
ANEXOS	

## **INTRODUÇÃO**

Trabalhar a relação educação e prática social deve ser a grande responsabilidade dos profissionais que atuam no Ensino Fundamental e estes devem, também, oferecer as mais variadas oportunidades de interação para que as estruturas cognitivas se desenvolvam e os alunos possam se expressar com conhecimento de causa sobre aspectos da cultura e do mundo. Para isso, cada disciplina deverá situar seus conteúdos e metodologias em um contexto mais amplo que é o das relações com a realidade social, favorecendo ao aluno perceber as implicações sociais do que se estuda na escola, além de aprender a articular pontos de vista com atitudes, interesses e respeito á diversidade.

O processo de elaboração curricular é uma dinâmica constante de construção e reconstrução do currículo, o que se inviabiliza quando este se cristaliza pura e simplesmente na forma de uma proposta fechada. Os educandos não se apresentam como tábuas rasas, prontos a assimilar tudo que lhes é apresentado. São antes de tudo, sujeitos de direitos e portadores de uma história que é anterior à sua entrada na escola.

O currículo, especialmente o da Educação Infantil, dentro dos encontros acontecidos para a reestruturação do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Cecília Meireles, foi o tema que mais preocupou a comunidade escolar, por ser entendido como centralizador do desenvolvimento das capacidades infantis.

## **EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA DE AUTONOMIA**

A legislação educacional a partir da Constituição Federal de 1988 representou um avanço significativo para a Educação Infantil. A Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece que a educação para as crianças entre 0-6 anos constitui a primeira etapa da educação básica. Outro documento importante é o Referencial Curricular de Educação Infantil (1998) que representa um conjunto de referências e orientações didáticas, trazendo como eixo do trabalho pedagógico “o brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil e a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma” (p.13). É importante destacar que os anos 70 e 80 foram marcados por movimentos da sociedade que demandavam a extensão do direito à educação para as crianças pequenas. Campos (1999) afirma que no âmbito dos movimentos sociais, a demanda por creches era vista da perspectiva do direito da mãe trabalhadora e do atendimento à crianças de famílias consideradas em situação de risco.

Embora os avanços no campo legal e social, muitos municípios – instância pública responsável pela Educação Infantil – ainda não se organizaram para a formulação de políticas para a infância e para este nível de ensino, bem como ainda não fomentaram a necessidade das escolas públicas elaboraram um projeto político-pedagógico específico ou que contemple a Educação Infantil e suas especificidades. Daí a dificuldade que encontramos no processo de elaboração do ppp da Escola Municipal Cecília Meirelles ao se pensar um currículo para a Educação Infantil. Neste sentido, o documento que forneceu elementos para aprofundarmos nossos questionamentos acerca do currículo para a Educação Infantil, foi as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998) que define, em seu art. 3º, os “fundamentos norteadores” que devem orientar os projetos políticos-pedagógicos de instituições de Educação Infantil ou que a ofertem, sendo eles:

- a. princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- b. princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;

c. princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Entendemos que currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar e implica necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico e o sustente. A escola deve promover uma reflexão aprofundada sobre o processo de produção do conhecimento escolar, uma vez que ele é ao mesmo tempo processo e produto. A análise e a compreensão do processo de produção do conhecimento escolar ampliam a compreensão sobre as questões curriculares. O currículo não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado.

As normas e os valores dominantes são passados aos alunos no ambiente escolar, no material didático e mais especificamente por intermédio dos livros didáticos, na relação pedagógica, nas rotinas escolares. O tempo é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. A organização do tempo do conhecimento escolar é marcada pela segmentação do dia letivo, e o currículo é, conseqüentemente, organizado em períodos fixos de tempo para disciplinas supostamente separadas. Para alterar a qualidade do trabalho pedagógico torna-se necessário que a escola reformule seu tempo, para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo. É preciso tempo para acompanhar e avaliar o projeto político pedagógico em ação e para que os estudantes se organizem e criem seus espaços para além da sala de aula. A luta e resistência dos educadores é indispensável para ampliar as possibilidades e apressar as mudanças que se fazem necessárias dentro e fora dos muros da escola.

Considerar a criança de 0-6 como sujeitos e nos preocuparmos em desenvolver um currículo que atenda às suas necessidades é um grande passo rumo à construção da autonomia. Autonomia como primeiro estágio necessário para a formação de cidadãos.

## **CURRÍCULO, CONHECIMENTO E CIDADANIA**

Na perspectiva da escola crítica e criativa, o ato de conhecer é dinâmico, é mais do que memorizar ou reter informações, é mais do que assimilar de modo passivo um conhecimento previamente elaborado. Conhecer envolve, além da assimilação, a reelaboração crítica, a reinterpretação ou recriação de informações e conceitos. Essa concepção supõe a superação da noção comum, na nossa tradição educacional, que identifica

o conhecimento somente como o conteúdo expresso nos livros e programas de ensino, como algo pronto e acabado que só poucos podem produzir. Supõe também superar a concepção de currículo como algo estático, em que as preocupações se limitam somente em colocar ou retirar disciplinas do plano curricular, aumentar ou reduzir a carga horária. O currículo precisa ser percebido em sua aceção dinâmica, precisa ser percebido como processo.

A sala de aula passa a ser o espaço para a crítica, o confronto, a reelaboração, a recriação e a reinterpretação de saberes a partir da valorização e da incorporação ao currículo escolar de todas as diferenças culturais presentes na realidade social.

A seleção e organização das matérias e respectivos conteúdos, devem levar em conta o perfil da escola que se quer construir, considerada a realidade social do aluno, a partir de temas e de questões que tenham relevância e significado em sua vida.

Deve ter compatibilidade e coerência entre os diferentes níveis de objetivos, desde os mais amplos, aos mais específicos, pois desempenham um papel importante na ação pedagógico, tanto no sentido de norteá-la e conduzir-la no decorrer do processo ensino-aprendizagem atendendo as necessidades dos alunos e a desdobramentos passíveis de ocorrer nas atividades de sala de aula.

Objetivos claros e precisos são fundamentais para a escolha dos meios adequados ao seu alcance, seja no que se refere à seleção e a organização de conteúdos como no que se relaciona aos recursos e procedimentos serem dotados.

O trabalho do dia-a-dia em sala de aula é que, na verdade, garantirá essa articulação entre objetivos, conteúdos, procedimentos e recursos. Daí a importância de se refletir bem sobre o significado de cada objetivo, bem como dos conteúdos previstos e atividades a serem desenvolvidas, para que se concretizem as concepções de educação de conhecimento e de cidadão da escola que se quer construir.

## **DIMENSÕES DO CURRÍCULO**

O planejamento curricular constitui instrumento importante e necessário, como referencial para a condução da atividade docente. Há de ser todavia, um planejamento aberto e flexível, de forma a incorporar o que é peculiar à escola e à localidade, assim como situações imprevistas ou manifestações que fizerem sentido no cotidiano da prática escolar. A programação curricular tomara realmente sua feição no decorrer do processo, na dinâmica di dia-a-dia na sala de aula.

Ao se planejar o currículo é preciso levar em conta as crenças e valores implícitos nas relações sociais, nas rotinas da escola e mesmo da sala de aula, no sentido de verificar se tem normas e procedimentos estão de acordo com o previsto na programação curricular. Essa reflexão em termo do que é vivenciada é de fundamental importância, uma vez que o “vivido” tem muito mais força do que aquilo que é somente “ouvido”. Vale dizer: as crenças e os valores vivenciados na prática, ainda que não explicitados, é que são, na verdade apreendidos e incorporados ao modo de viver de cada um.

É necessário também analisar criticamente a rotina da própria sala de aula, pois subjacente á aprendizagem de conteúdos e de habilidades há um prática permeada por valores e normas. É importante questionar a forma pela qual se efetiva o processo de ensino-aprendizagem, desde a organização do espaço e a utilização do tempo até o tipo de mensagens veiculadas pelos conteúdos programáticos, recursos, procedimentos e atividades desenvolvidas.

Pretende-se formar o cidadão crítico capaz de fazer análise julgamento e síntese, é necessário que, tanto o conteúdo como as atividades utilizadas, fortaleçam e viabilizem tal capacidade. Outro aspecto a considerar nessa reflexão se refere aqueles temas ou assuntos complexos e de difícil abordagem pela escola, embora façam parte da vida do aluno, como a questão do racismo, das drogas, dos meninos e meninas de rua, da sexualidade, dos conflitos e problemas sociais, entre outros.

É preciso que a equipe da escola, mais uma vez, se volte para a realidade e procure dela retirar tudo o que é significativo na vida do aluno e que mereça ser incluído na proposta curricular, para receber o tratamento científico adequado pela mediação do saber elaborado. Cumpre ainda realçar que no currículo em ação, ou seja, naquele que é realmente executado, interagem o planejado, que deve constituir o referencial básico do trabalho do professor, o inesperado, há ser incorporado no dia-a-dia, por ser significativo e ter sentido para o aluno e para o processo, o não reconhecimento, que por sua vez, permeia todo o trabalho.

O professor há de estar alerta a todos esses fatores, de modo a ter uma atuação consciente e, comprometida com seu ideal educativo e com os interesses, necessidades, expectativas e a cultura do aluno, efetivando um processo pedagógico dialógico, crítico e criativo.

Nessa perspectiva o núcleo do trabalho educativo é, pois, o processo de ensino-aprendizagem. Ensinar bem, visando à formação global do educando, é a função essencial da

escola. Nesse processo assume significado relevante a questão da produção do conhecimento.

## **AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS**

Uma preocupação muito antigo no meio educacional de nosso país tem sido o currículo. Antes mesmo de a Educação infantil ocupar lugar de destaque que ocupa hoje, os educadores já definiam como prioridade: O que ensinar, como ensinar e quando ensinar. Mais recentemente, essa preocupação foi tomando outros rumos. A discussão que antes se limitava a definição de conteúdos, objetivos, atividades e metodologias estabelecidos por faixa etária, ampliou-se para aspectos relativos á organização, funcionamento, relações e articulações que criam as condições essenciais para a viabilização da prática pedagógica numa instituição educativa. Assim enquanto a idéia de currículo se transforma, constituindo-se num contexto mais abrangente, que atualmente pode ser definido como proposta pedagógica.

Essa discussão se reflete na legislação educacional, trazendo novos desafios e responsabilidades para as instituições e seus educadores. Nesse sentido, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/96) determina entre outras definições, sobre a incumbência dessas instituições de elaborarem suas propostas pedagógicas. O ensino brasileiro mediante a LDB garante a toda criança um ensino infantil que prioriza seu desenvolvimento intelectual, emocional e psicológico; mas ao mesmo tempo deixa margem para que possa ser interpretada incorretamente por aqueles que sem compreendê-la ou a não disposição para isso assumam a postura de que quanto mais cedo à criança estiver no meio das letras melhor para adquirir as habilidades de leitura e escrita.

Nas escolas infantis o papel mimeografado e xerocado esta presente na vida dos alunos, não permitindo que a criança possa fazer algo que seja sua criatividade, que tenha sido feita por elas mesmas. Ainda deparamos em nosso município sala de aula de Educação infantil com trinta e cinco (35) alunos de cinco anos, dentre eles alunos incluídos, com apenas o professor regente, sem auxilio de um monitor, cabe nos perguntar: Com a nova LDB, teve avanços significativos em tantos pontos e em alguns nada pode fazer?

Ainda referindo à nova lei e diante da nova ordem do dia que é a inclusão, o que a lei oferece com dignidade para nossas crianças portadoras de necessidades especiais?

As escolas recebem estas crianças sem condições necessárias e sem adaptação fazendo com que o currículo e a proposta pedagógica se torne ineficaz.

## **O CONTEXTO MULTIFACETADO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Faz-se necessário analisar as condições e os contextos como o currículo para Educação Infantil está sendo gestado em nossa sociedade. Nessa direção, Campos indica que:

“Um dos aspectos que sobressaem no debate atual, com significativas repercussões sobre as decisões de política educacional que são tomadas, seja de forma descentralizada nos municípios, seja na instância estadual e Federal diz respeito às divergentes concepções sobre o modelo pedagógico que deve ser adotado nas creches e pré-escolas, agora definidas como constituindo a primeira etapa da educação básica” (Campos, 2002, p.xv)

É importante levar em conta diversos aspectos que compõem uma prática educativa de qualidade. Entre outras questões, é preciso considerar:

- 1-A criança um sujeito social e histórico que se constitui na interação com outros sujeitos da cultura;
- 2-As instituições de educação infantil como espaço de cuidado e educação das crianças de zero a seis anos que possibilite a interação entre os diferentes aspectos do desenvolvimento humano;
- 3-As crianças enquanto sujeito de direitos;
- 4-Os princípios éticos, políticos e estéticos na elaboração da proposta pedagógica;
- 5-A identidade dos profissionais, das famílias e de cada unidade educacional;
- 6-A intencionalidade das ações educativas;

É possível afirmar, portanto, que a construção e gestão de propostas curriculares para a educação infantil estão inseridas num processo social amplo e multifacetado. Kramer destaca que:

“... na realidade brasileira, (...) o debate em torno do currículo tem mordido as pontas do problema, mas não o miolo: ou se refere à escola; ou se vincula à dimensão macro, aborda modelos, desenhos e políticas numa perspectiva

ampla, supondo que é possível mudar a força o real, com decretos, projetos, referenciais ou parâmetros sem mudar as condições” (Kramer, 2001, p.129)

No contexto mais amplo, o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) vem produzindo e publicando documentos que estabelecem diretrizes e orientações para elaboração do currículo da Educação Infantil. Neste processo, destaca-se a instituição pelo CNE, em dezembro de 1998, das Diretrizes Curriculares Nacionais, que são mandatórias. Este documento expressa a preocupação com a qualidade do trabalho a ser desenvolvido neste nível de ensino. Na mesma direção, o Parecer 04/2000 da Câmara de Educação Básica do CNE, aprovado em 16/02/2000, define diretrizes operacionais para a Educação Infantil.

Por outro lado, aponta-se também a publicação e distribuição do documento Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (vol.1, 2,3/RCNE, 1998). Segundo este documento, as creches e pré-escolas são espaços de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade. O documento ressalta também que o trabalho educativo deve criar condições para as crianças conhecerem, descobrirem e ressignificarem experiências, sentimentos, valores, ideias, costumes e papéis sociais, por meio do aprender, do fazer e das múltiplas formas de expressão.

Diversos pesquisadores e profissionais da área tem criticado muito este documento, pois para muitos traz uma concepção de educação compensatória e escoralizante, considerando a criança numa perspectiva universal, sem levar em conta particularidades regionais e sociais.

Tendo em vista os diversos “modelos de enquadramento curricular” na área educacional, como propostas pedagógicas, currículo, projeto político pedagógico, regimento escolar, diretrizes pedagógicas, ora tem o mesmo objetivo, ora se diferenciam. Nessa direção Kramer (2001) destaca que:

(...) currículo é palavra polissêmica, carregada de sentidos construídos em tempos e espaços distintos. Sua evolução não obedece a uma ordem cronológica, mas se deve às contradições de um momento histórico, assumindo portanto vários significados ao mesmo tempo.” (pág. 136).

Os estudos que discutem propostas pedagógicas e currículo desvelaram uma realidade infinita e ímpar, na qual o processo educativo só pode ser observado de forma

multifacetada. Segundo Sacristán (1.998) a realidade do currículo não se mostra em suas moldagens documentais, ou seja, nos projetos pedagógicos, mas na interação de todos os conteúdos educativos que compõem essas práticas. Essa polissemia permite inferir a necessidade de um modelo pedagógico alicerçado em práticas cotidianas que respeitem as necessidades de desenvolvimento da criança.

Em muitas instituições é possível identificar práticas concretas que buscam oferecer um espaço estimulante e seguro, permitindo que as crianças manifestem seu potencial físico, afetivo, intelectual e cultural, bem como a aprendizagem de sua autonomia e de sua socialização.

Assim sendo, discutir o espaço escolar, a gestão e a organização pedagógica da escola é discutir o próprio processo de ensinar, aprender e de formar pessoas.

## CONCLUSÃO

Ao concluir este trabalho constatamos que uma das preocupações do meio educacional é o currículo, o que, como e quando ensinar, principalmente, na Educação Infantil. Hoje, por exigência legal e devido aos movimentos sociais, a Educação Infantil é considerada como primeira etapa da Educação Básica. Embora os avanços na legislação educacional e no campo social, muitos municípios a quem cabe a responsabilidade pela Educação Infantil ainda não se preocuparam em criar políticas em defesa da infância ou em estimular e fomentar a construção de propostas pedagógicas para este nível de ensino junto às escolas públicas.

Muitas são as dificuldades que os profissionais da escola e a comunidade encontram no processo de elaboração do projeto político-pedagógico, principalmente, no desenvolvimento de um currículo para a Educação Infantil que propiciem o desenvolvimento da autonomia e da cidadania, sem deixar de considerar as especificidades da infância. O brincar, o desenvolvimento da criatividade, o conhecimento de mundo são necessários ao desenvolvimento das crianças entre 0-6 anos. Mas como contemplar estas dimensões e o ensino dos conteúdos exigidos pela legislação e pela sociedade é um grande desafio.

Para se refletir sobre as questões na especificidade da educação infantil e básica é necessário que se crie um caminho para superar os problemas e dificuldades. Este caminho é a Proposta Pedagógica que irá definir os princípios e delinear através de um processo de avaliação contínua suas metas, formas de organização e ações. Estas propostas devem orientar como organizar espaços, tempos, as crianças, as atividades, bem como na escolha e formação de seus professores, no modo como estabelecem relações com as crianças, com as famílias e com a comunidade e nas estratégias utilizadas para resolver seus problemas e dificuldades.

De acordo com a LDB, os estabelecimentos de ensino são responsáveis pela elaboração de suas propostas pedagógicas e dá aos docentes a incumbência de participar dessa elaboração, pois os professores não são meros destinatários, mas sujeitos dessa construção.

Em uma gestão democrática, é de fundamental importância o envolvimento das famílias, das crianças atendidas pela instituição e de outros parceiros para a contribuição direta ou indireta nessa ação. A construção desta proposta não deve ser apenas letras negras num papel em branco, é necessário que ao construí-la deva se levar em consideração questões relativas à valorização e profissionalização dos recursos humanos, nas atribuições desses profissionais, nas formas de seleção e contratação, na formação continuada e nas condições de trabalho.

É importante que na elaboração se discuta sobre o perfil do profissional da Educação Infantil e os compromissos que deverão ser assumidos. Este também é o momento de o professor discutir sobre os seus direitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei nº 9394/96, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação, *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, Brasília, 1.998, vol. I, II,III.

CAMPOS, M.M. *A Formação de profissionais de educação infantil no contexto das reformas educacionais brasileiras*. São Paulo: Thomsom, 2002.

CTE – CONSULTORIA TÉCNICA EDUCACIONAL, *Secretário Escolar e os Novos Paradigmas da Educação*, Mateus Leme, MG., Março/2.006.

KRAMER, S. *Propostas Pedagógicas ou Curriculares de Educação Infantil:para retomar o debate*, FAPERJ, 2.001.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da Escola Municipal Cecília Meireles, Mateus Leme, 2.009

REVISTA CRIANÇA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Brasília, novembro de 2.006.

SACRISTÁN, G.J., *O Currículo – uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre, Artmed Editora, 1.998.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, *Reflexões sobre a prática pedagógica*, Belo Horizonte, 1.997.

# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ESCOLA MUNICIPAL “CECÍLIA MEIRELES”

Mateus Leme - MG

2009/2011

## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ESCOLA MUNICIPAL “CECÍLIA MEIRELES”

PARTICIPANTES:

Cristina Raquel Oliveira Resende e Silva

Adriane Aparecida de Oliveira

Janete Queiroz Meira Guerrão

Taísa de Faria Rocha Fonseca

Valdete Dorotéia de Almeida

Ogrenis Xavier Diniz

Mateus Leme - MG

2009/2011

## 1 - INTRODUÇÃO

A Escola Municipal “Cecília Meireles” foi criada no dia 25 de março de 1983. Construída pela Prefeitura Municipal de Mateus Leme, no ano de 1982, com as 04 (quatro primeiras séries do 1º grau) em dois (dois) turnos, está situada à Rua Rubi, nº 128, Estâncias Champagnat, no Município de Mateus Leme. O estabelecimento de ensino recebeu esse nome em homenagem a uma ilustre personagem, primeira filha de Mateus Leme que cursou o curso normal de magistério, na Escola Normal de Itaúna.

Atualmente funciona em dois (dois) turnos com 26 (vinte e seis) classes, 26 (vinte e seis) professores, 06 (seis) pedagogas, 10 (dez) serviçais, 02 (duas) bibliotecárias, 02 (duas) auxiliares de secretaria, 03 (três) eventuais, 01(uma) diretora, 02 (duas) vice-diretoras.

O Projeto Político Pedagógico (VEIGA, Ilma. Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP: Tiroso. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico) 2000).da Escola delinea estratégias mais amplas para o processo de planejar, pensar a instituição escolar, vai além da idéia de plano, como instrumento. Ele representa um primeiro momento de construção coletiva, compreendendo uma discussão da concepção da escola desejada pela comunidade, a partir de contornos mais amplos isto é de uma visão de mundo, de homem, de sociedade e de educação.

Através da constatação de diversas dificuldades e entraves na prática educacional cotidiana e nas relações interpessoais, a referida escola colocou a disposição da comunidade escolar esta redação do projeto pedagógico, ainda que deva estar em constante alteração e adequação, que poderá orientar as ações, com o propósito de ser avaliado e debatido coletivamente, na expectativa de democratizar e garantir sua execução.

O conjunto de proposições aqui formuladas foi elaborado pela comissão escolhida pela comunidade escolar, que organizou e analisou os dados da pesquisa e as ações propostas pela assembléia que contou com a participação da comunidade escolar. O projeto escolar atualmente é um requisito indispensável para alcançar um nível elevado de qualidade do processo ensino-aprendizagem e tornar a escola mais eficaz e prazerosa.

## 2. FINALIDADES DA ESCOLA

### 2.1. DEFINIÇÃO DA MISSÃO

Compreende-se como missão desta escola caminhar dentro de uma perspectiva filosófica e pedagógica que ofereça meios para que tenhamos sempre profissionais capacitados e comprometidos com a sua atuação, contribuindo com formação de cidadãos críticos, participativos e livres, capazes de construir com responsabilidade sua própria história, havendo sempre interação da comunidade para oferecermos uma escola de qualidade.

### 2.2. FILOSOFIA DESTA ESCOLA

I – Valorizar e acreditar no trabalho coletivo, na capacidade e potencial de cada um buscando o desenvolvimento, comprometimento e o envolvimento de toda a comunidade.

II – Propiciar um ambiente prazeroso permeado pela harmonia, alegria, igualdade, liberdade e solidariedade.

## 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### 3.1. ADMINISTRATIVA

A escola funciona atualmente com as séries iniciais do Ensino Fundamental, do 2º período ao 5º ano. Tem, na realidade, 12 salas de aula, atendendo a 13 turmas no 1º e 3º turnos, cada um.

Possui uma sala de secretaria, 01 de direção, 01 de orientação, 01 de supervisão e 01 sala de leitura.

A cozinha é pequena, abafada, contando com 02 geladeiras e 01 fogão industrial. A cantina é ampla, arejada, porém as mesas são insuficientes para acomodar todos os alunos.

Os dois depósitos são pequenos, ineficientes, pois são abafados e não comportam o fluxo da escola. Um deles é utilizado para estocar a merenda escolar e outro para materiais de limpeza e outros objetos que a escola necessita.

A escola conta ainda com um parquinho, atualmente em desuso, por apresentar perigo aos alunos, pois necessita de reparos urgentes.

A quadra esportiva é aberta, ainda em fase de término, sem cobertura e arquibancadas. Tem 02 vestiários, e uma área coberta que pode ser usada como auditório, apesar de não ter cadeiras nem bancos.

Temos banheiros para meninos e meninas, com 03 sanitários cada um. A construção é antiga, e apresenta problemas na rede hidráulica e de esgoto.

Os banheiros para funcionários são dois, sendo 01 na secretaria e 01 na sala de supervisão.

escola recebe fundos do FNDE, uma verba anual que já vem definida para custeio e material permanente. A merenda escolar vem diretamente da Secretaria Municipal de Educação, sendo balanceada e acompanhada por nutricionista, é farta e saborosa. Os materiais de limpeza e didáticos também são enviados pela Secretaria, porém muitas vezes é necessário que a escola complemente, pois são insuficientes. Contamos ainda com recursos financeiros próprios, advindos das festas realizadas, como a Festa Junina, o Bazar e o próprio barzinho, este também acompanhado por nutricionista.

um objetivo do PPP da Escola Municipal Cecília Meireles buscar junto com a comunidade e o governo melhor infra-estrutura, pois partimos da premissa de que o PPP é um instrumento para traçar as diretrizes da Escola, e deve estar constantemente em reelaboração, para atender às necessidades da mesma.

### 3.2. PEDAGÓGICA

A Escola Municipal Cecília Meireles trabalha baseada nas propostas curriculares, que estão embasadas no Referencial Nacional para a Educação Infantil, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação básica e o CEALE.

As turmas são divididas no sistema de anos, contando com três de Educação Infantil, dez de Alfabetização, sendo cinco de 1º ano e cinco de 2º ano, cinco turmas do 3º ano e quatro do 4º e 5º anos, respectivamente. Abrange crianças de cinco a doze anos, que, ainda que possuam defasagem de idade e aprendizagem, são agrupados de acordo com seus pares.

Ao final das séries iniciais do Ensino fundamental, a Escola pretende fornecer aos alunos capacidades para ler, com domínio, diferentes tipos de textos, compreendendo a leitura em suas dimensões: a necessidade e o prazer de ler; escrever textos adequados à situação comunicativa, com coerência, coesão e ortograficamente corretos; expressar-se corretamente em diferentes situações de interação social; calcular com habilidade, utilizando os procedimentos de cálculo; resolver criticamente situações-problemas próprias de sua vivência que a façam pensar, analisar, julgar e decidir pela melhor solução; interagir em diferentes situações sociais, posicionando-se de forma crítica, responsável e construtiva, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e tomar decisões coletivas; utilizar criticamente as novas tecnologias como fonte de informação para construir conhecimento.

#### 4. CURRÍCULO

Ensino/Aprendizagem é um processo de construção do conhecimento cujo desafio principal é o desenvolvimento das capacidades humanas (racionais, emocionais, morais, físicas, etc.) compatíveis com a promoção da criatividade, da consciência crítica, do exercício pleno da cidadania, do respeito mútuo e da convivência coletiva de todos os membros da comunidade escolar.

Baseada nessa concepção, na Escola Municipal “Cecília Meireles” o currículo é pautado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1997), que foram lidos, analisados e, baseado em seus conteúdos, construiu-se as propostas pedagógicas das 05 (cinco) séries iniciais do Ensino Fundamental. A Educação Infantil (cinco anos) tem sua proposta baseada no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Os conteúdos de Língua Portuguesa foram pautados pelo CEALE (Centro de Estudos de Alfabetização e Letramento), do 1º ao 5º ano. Todos os professores de Alfabetização da escola foram especialmente treinados pelos profissionais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também os professores dos 4º e 5º anos foram preparados por professores da Pontifícia Universidade Católica (PUC), proporcionando uma ampliação de seus conhecimentos.

O ensino da Língua Portuguesa utiliza como recursos os gêneros textuais, tipos de suporte e o Ensino Religioso estará integrado com os outros conteúdos.

Dentro da Matemática, a Educação Infantil utilizará situações reais para a aquisição de conceitos matemáticos, dando aos alunos a capacidade de comparar, analisar, classificar, ordenar, contar tudo o que os rodeia. Do 1º ao 5º anos haverá a priorização da introdução às noções de medidas, posição de objetos, identificação de quantidades (no 1º ano), continuando a seguir com seqüência numérica, fatos fundamentais, as quatro operações, escrita de numerais, solução de desafios, números racionais, decimais e sistema de medidas.

Em Ciências, o trabalho será em torno dos seguintes temas: o corpo, animais, água, ecologia, reciclagem, ar, em todos os anos, cada um de acordo com as capacidades próprias. A partir do ano de 2.009, serão abordados temas relacionados à Astronomia, tais como a preservação do ambiente, energia, foguetes, viagens espaciais, planetas, astros, o Universo de uma forma geral, para proporcionar aos alunos dos 1º ao 5º anos a oportunidade de participarem de Olimpíadas relacionadas a estes assuntos.

Em Geografia/História serão abordados temas como escola, família, bairro, município, estado, país, além de temas transversais como racismo, sexualidade, desigualdade social, eleições, poderes da democracia, além de datas históricas interessantes.

Além dos itens acima relacionados, serão aplicadas Avaliações Diagnósticas periódicas, a partir das quais serão traçados os PIP (Planos de Intervenção Pedagógica), que irão detectar a defasagem dos alunos e serão feitos trabalhos específicos para eliminá-la. Com relação aos alunos incluídos, serão elaborados os Planos de Desenvolvimento Individual (PDI), embasados na observação contínua do professor e pedagogo, bem como relatórios e laudos enviados por outros profissionais envolvidos na vida da criança.

Então, a grade curricular da Escola Municipal Cecília Meireles está assim organizada: A Base comum é a Base Nacional, a Parte Diversificada poderá sofrer adaptações, bem como suas salas, de acordo com as capacidades e necessidades dos alunos, levando-os a atingirem o grau máximo de aprendizagem dentro de uma qualidade de ensino, dando condições de interação dos alunos incluídos na comunidade escolar.

## 5. TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR

A Escola Municipal “Cecília Meireles” tem como concepção de planejamento encontros periódicos entre os seus profissionais, entre comunidade escolar e escola, e comunidade escolar e Secretaria Municipal de Educação, assim definidos: A equipe administrativa, diretora e vice-diretoras, terão uma planilha de encontros pré-determinada, sendo quinzenalmente com as pedagogas, para traçar o trabalho pedagógico, mensalmente com a Secretaria Municipal de Educação, bimestralmente com funcionários e com pais semestralmente. Com o Colegiado e a Caixa Escolar, segundo seus regimentos internos, os encontros serão ordinários a cada semestre.

A equipe pedagógica reserva espaço bimestralmente para reunir-se com professores e pais, para repasse do trabalho desenvolvido e traçar metas para o próximo período. O professorado, por sua vez, reúne-se bimestralmente com a direção, com a equipe pedagógica e com os pais de seus alunos, para avaliação e definição dos trabalhos realizados e a serem realizados.

A referida escola tem a consciência de que trabalha com seres humanos, sendo, por isso, passível de alterações o cronograma acima apresentado. Sempre que necessário, em qualquer esfera da Escola, as reuniões serão realizadas, de forma a sempre preservar a qualidade da Educação e os direitos indiscutíveis do educando.

Dentro do âmbito da informação serão aplicadas Avaliações Diagnósticas, a partir das quais as pedagogas vão analisar a vida escolar dos educandos, enturmando-os de acordo com a faixa etária, o desenvolvimento cognitivo, observando as necessidades especiais, com adequação ao espaço físico das salas de aula e o perfil do professor, a fim de que flua da melhor forma possível a relação ensino/aprendizagem.

Para a distribuição das turmas e turnos para o professor, anualmente, deverão ser seguidos rigorosamente os critérios abaixo: Colocação em Concursos Públicos Municipais; Aptidão e perfil do profissional; Disponibilidade de horário; Demais critérios expostos no Estatuto do Magistério e do Servidor Público Municipal.

A Escola Municipal “Cecília Meireles” ocupa uma área de 4.513 m<sup>2</sup>, atendendo a dois turnos com períodos de 4 horas e 15 minutos cada, nos quais 15 minutos são destinados a merenda e recreio e 4 horas destinadas a atividades pedagógicas; possui uma quadra de esportes e um parquinho para atividades recreativas e pedagógicas, conforme cronogramas.

Com estas instalações, a escola promove o desenvolvimento da parte psicomotora dos educandos, bem como a socialização, interação e conscientização de que a liberdade de um termina quando começa a do outro. São atividades com sentido, autônomas, mas que não se encontram ligadas aos projetos desenvolvidos. Estão relacionadas aos temas transversais e deverão ter participação de todos, ser planejadas e organizadas.

## 6. PROCESSOS DE DECISÃO

As leis são fontes de esperança, mas não fazem milagres, visto que a realidade social não muda por um simples passe de mágica. Nesse sentido, elas são pontos de partida para que a realidade seja repensada e que, com base em sua aplicação, avanços sejam alcançados.

A lei máxima do sistema brasileiro de Educação reflete um processo e um projeto político para a educação brasileira. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Nº 9.394/96) estabelece as diretrizes que definem os princípios; as finalidades; as intenções e os objetivos da educação brasileira, bem como as bases referentes aos níveis e às modalidades de ensino, aos processos de decisão, às formas de gestão e às competências e responsabilidades relativas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino no país.

A LDB reconhece na escola um importante espaço educativo e nos profissionais da educação uma competência técnica e política que os habilita a participar da elaboração do seu projeto pedagógico. É preciso fazer surgir, portanto, dessa autonomia assegurada por lei, outra – construída na escola – que estimule e assegure a participação de gestores, professores, pais, alunos, funcionários e representantes da comunidade local na discussão do trabalho pedagógico, numa perspectiva mais ampla.

Os processos de decisões da Escola Municipal “Cecília Meireles” são feitos democraticamente, com todos os segmentos da escola, partindo dos dados colhidos nas Pesquisas de Satisfação feitas através de questionários, com todos os envolvidos no processo educativo, e que já foram listados anteriormente, através da sistematização dos dados obtidos na pesquisa, com tabulação e análise.

A Escola procura mobilizar os órgãos externos responsáveis pelos principais problemas encontrados na análise dos dados, e repassar a eles a solução desses problemas, visando apresentar um melhor resultado para toda a comunidade escolar.

Quanto aos problemas inerentes aos vários órgãos internos da Escola, como a Caixa Escolar, o Colegiado e Conselhos de Classe, são realizados encontros periódicos, nos quais são discutidos assuntos de ordem financeira, administrativa e pedagógica, observando os regimentos internos de cada órgão, e montados planos de ação para que sejam solucionados o mais rápido possível.

O Caixa Escolar, fundado em 10/06/1997 é composto por nove membros distribuídos entre funcionários e comunidade escolar. É sua função administrar os recursos provenientes de subvenções, convênios, doações e arrecadações da Unidade Executora, além de prestar contas à comunidade escolar e à Prefeitura sobre os aspectos financeiros da Instituição. O Colegiado formado por 11 membros, delibera sobre assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira. Aos Conselhos de Classe, formados por pedagogos, professores e gestores, cabe as deliberações e decisões relativas aos aspectos pedagógicos da Escola, levando em consideração a filosofia adotada pela escola, bem como todo o processo envolvendo a relação ensino/aprendizagem.

## 7. RELAÇÃO DE TRABALHO

Pensar as relações na Escola é pensar nas interações que se desenvolvem no ambiente escolar. Competência interpessoal é a habilidade de lidar, eficazmente, em relações interpessoais, de se relacionar com as pessoas, de forma a descobrir a melhor maneira de utilizar as potencialidades de cada um, de promover a evolução individual e do grupo.

Todo o processo de elaboração e implantação de um Projeto Pedagógico é coordenado pela liderança da Escola, que tem na gestora seu representante máximo. A comunidade escolar participa de sua elaboração, embora todos devam e possam opinar, é importante e necessário criar uma estrutura que garanta a elaboração e implementação do PPP de maneira eficaz e organizada.

É nesse sentido que podemos dizer que a autonomia da Escola ocorre à medida que exista a capacidade de a instituição assumir responsabilidades, tornando-se mais competente no seu fazer pedagógico. Em outras palavras, a escola será mais autônoma quando mostrar-se capaz “(...) de responder por suas ações, de prestar contas de seus atos, de realizar seus compromissos e estar mais comprometida com eles, de modo a enfrentar reveses e dificuldades” (LUCK, 2007:11).

Para que isso aconteça, tomamos como referencial o Regimento Escolar das Escolas Municipais de Mateus Leme (2.008), nos seus capítulos II, III, IV, V, VI e VIII, do artigo 69 ao 86 ,

que explicitam os direitos e deveres de professores, gestores, especialistas, serviçais, discentes, pais ou responsáveis e pessoal administrativo, bem como no Título V, do Regime Disciplinar do referido Regimento, capítulo I, artigos 88, 89 e 90.

As nomeações e contratações de pessoal para compor o Quadro de Pessoal da Escola Municipal “Cecília Meireles” seguiu os passos determinados por lei, feitos através da Secretaria Municipal de Educação.

## 8. AVALIAÇÃO

Avaliar é refletir, planejar, estabelecer objetivos. É um processo técnico-político, onde “avaliador e avaliando buscam e sofrem uma mudança qualitativa” (DEMO, 1999). Essa concepção dialética faz emergir a idéia de direitos de cidadania numa expressão autogestora de autonomia.

A avaliação requer do professor e demais envolvidos na aprendizagem, uma atitude constante de análise e interpretação dos aspectos quantitativos e qualitativos resultantes do processo de ensino-aprendizagem agindo assim como diagnóstica e monitoradora. Os momentos propícios para a prática avaliativa dão-se a partir do início do processo, momento adequado para conhecer o que o aluno já sabe e identificar as possibilidades de aprendizagem; no desenvolvimento do processo, permite conhecer como cada aluno aprende; no processo final, avalia-se os conhecimentos elaborados e os resultados obtidos.

A avaliação contínua propicia ao professor e todos os envolvidos maior acompanhamento e intervenção no processo de aprendizagem além de reorientar o ensino e resgatar o sucesso dos alunos, metodologias, professor e a instituição escola. A avaliação torna-se então, o conjunto de ações que auxilia o professor e demais envolvidos a refletir sobre a aprendizagem desenvolvida e os ajudam a ajustar suas práticas às necessidades dos alunos.

A Escola Municipal “Cecília Meireles” utiliza, além da avaliação continuada e diagnóstica, as avaliações externas, como as provas do SIMAVE, Prova Brasil e Provinha Brasil, bem como avaliações diagnósticas preparadas pela Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Tem-se ainda, como instrumento auxiliar de promoção ou retenção, as avaliações bimestrais, nas quais o professor analisa, juntamente com o pedagogo, o desenvolvimento alcançado pelos educandos no período, e traça as novas metas para o referido aluno, facilitando assim a aquisição consciente de conhecimento, e não a maquinação de repetição.

Ao final de cada bimestre, são coletados os dados das turmas, e baseados neles são traçados gráficos comparativos de cada uma, para que toda a comunidade escolar possa acompanhar o desenvolvimento sistemático de toda a escola. E através destes gráficos comparativos, são feitos os ajustes nos planos de ação, dentro da necessidade real de cada educando. É a partir de todo esse processo que é elaborado o Plano de Ação.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, DF: 1996.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. MEC. Brasília, DF: 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Educação. Progestão. Brasília, DF: 2001.

DEMO, P. Avaliação Quantitativa. Campinas: Autores Associados, 1999.

FUNDESCOLA/DIPRO/FNDE/MEC. Como elaborar o plano de Desenvolvimento da Escola. Brasília, 2006.

LÜCK, Heloisa. A Escola Participativa. O trabalho do gestor escolar. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 4ª. ed., 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME. Regimento Escolar. Mateus Leme, 2008

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA E. M. JUDITH ABREU OLIVEIRA, Mateus Leme, 2007.